

REMAR CONTRA A MARÉ: A POLÍTICA PÚBLICA PESQUEIRA E A CONTINUIDADE DA PESCA ARTESANAL

Carolina de Oliveira e Silva Cyrino
Mestranda em Ciências Sociais – PGCS/UFES
Universidade Federal do Espírito Santo
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES

INTRODUÇÃO

Este trabalho¹ apresenta a pesquisa de mestrado em andamento que tem por propósito analisar a política pública pesqueira e a continuidade da pesca artesanal. O lócus empírico deste estudo é a comunidade de Barra do Riacho, vila de pescadores cercada por um complexo industrial e portuário, localizada na microrregião do Rio Doce, município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo.

Embora a pesca artesanal tenha destaque na quantidade de pescado desembarcado no país, a atividade passa por processos crescentes de vulnerabilidade socioambiental, seja por conta do avanço industrial nas áreas costeiras e as transformações resultantes desse processo, seja pela desvalorização dos pescadores artesanais em função dos grandes empreendimentos e da pesca industrial e/ou pelas condições de mercado e a ineficiência/ausência de políticas públicas direcionadas para a valorização da atividade artesanal (SILVA, 2015).

Diante desse contexto, a pesquisa busca trazer à reflexão como a política pública pesqueira implica na continuidade da pesca artesanal e quais estratégias os pescadores artesanais desenvolvem frente aos impasses à sua atividade. A partir desta problemática estudaremos, primeiramente, a trajetória da pesca artesanal na política pública pesqueira, de 1919, com o

¹ Resumo expandido relativo à apresentação em formato de pôster na Sessão de Painéis do I Seminário de Ciências Sociais – PGCS UFES.

projeto nacional de institucionalização da pesca pelo Estado até a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que se encontra em vigor. Nesta abordagem buscaremos identificar o papel da pesca artesanal na política pública pesqueira e como o Estado delimita quem é o pescador artesanal. O segundo aspecto envolve a análise do acesso do pequeno pescador à política pública que é, historicamente, centralizada através das colônias de pescadores. A partir desse contexto estudaremos como as organizações da pesca compreendem a pesca artesanal e direcionam a política pública para o pescador em Barra do Riacho/ES. A terceira abordagem traz uma discussão da construção da identidade dos pescadores artesanais e as estratégias que eles desenvolvem frente aos impasses à continuidade da sua atividade pesqueira.

JUSTIFICATIVA

A vivência através do exercício profissional durante três anos na localidade de Barra do Riacho – Aracruz/ES motivou-me, inicialmente, a propor esta pesquisa. Ao acompanhar as transformações derivadas da acelerada expansão industrial na comunidade surgiram questionamentos acerca da continuidade da pesca artesanal.

Diegues (1999) ao analisar o processo de transformação da economia pesqueira, destaca que as indústrias da pesca depois de esgotarem os recursos vivos do mar, de alto valor no mercado, deslocaram-se com frotas e fábricas de processamento para grandes bancos pesqueiros, passando a explorar áreas reservadas para a pequena pesca.

A constante condição de vulnerabilidade dos pescadores artesanais e suas comunidades decorre então, segundo Azevedo e Pierri (2014), desde o desenvolvimento da pesca industrial e do poder de pesca das embarcações, a partir da metade do século XX. Esse processo implicou no esgotamento dos recursos pesqueiros e na fragilização da pesca artesanal, corroborando, posteriormente, para a expansão da aquicultura. A partir deste contexto, as autoras afirmam que a política para o setor pesqueiro não escolhe os pescadores artesanais como destinatários privilegiados, há uma prioridade ao crescimento produtivo e ênfase na pesca industrial e na aquicultura.

Paula (2015) defende que pensar a política pública requer compreender os pescadores como *sujeitos com direitos*, em um contexto desfavorável à pesca artesanal, o autor afirma que:

“(...) os pescadores artesanais existem e que tal existência se materializa no espaço e faz história. E mais, que estes sujeitos (R)existem² por meio de lutas sociais no embate com contextos de modernização (industrialização e urbanização), de um mercado não favorável e da ausência ou ineficiência de políticas públicas” (SILVA apud PAULA, 2015, p.9).

A complexidade das normatizações, exigibilidade burocrática e a carência do conhecimento das políticas públicas também colaboram para a dificuldade do seu acesso, segundo Rainha et al (2014), o Estado ao dificultar o acesso à políticas pública diminui a possibilidade de adesão à mesma e contribui para o enfraquecimento da pesca artesanal. O atual cenário da política pública pesqueira aponta para sua instabilidade, considerando a recente extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, criado em 2009, e o redirecionamento da pasta, no primeiro semestre de 2016, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Diante do exposto, este estudo revela a importância de analisar a política pública pesqueira e a continuidade da pesca artesanal, conforme aponta Mendonça e Valencio (2008) a ineficiência/ausência de políticas públicas que valorizem o saber e fazer tradicional da pesca artesanal pode causar a dissolução dos modos de vida dos pescadores artesanais e conseqüente ameaça à continuidade dessa atividade pesqueira.

OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a política pública pesqueira e a continuidade da pesca artesanal. Os objetivos específicos buscam: **1)** Analisar a trajetória da política pública pesqueira, do projeto nacional de institucionalização da pesca pelo Estado até a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, em específico, a delimitação referente à pesca artesanal; **2)** Caracterizar a pesca artesanal a partir das organizações locais de pesca e como a política pública é direcionada ao pequeno pescador; **3)** Analisar como o pescador artesanal se vê e as estratégias que ele desenvolve frente aos impasses à continuidade da pesca artesanal.

² O autor utiliza o recurso linguístico *(R)existem*, para dar ênfase à existência do pescador artesanal e o seu ato de resistência frente às dificuldades à sua atividade.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos esta pesquisa será orientada através de abordagem qualitativa. A metodologia é iniciada com a revisão teórica e da literatura especializada sobre a pesca artesanal e a política pública pesqueira. Após, será realizada a análise documental de registros oficiais da política pesqueira destinada aos pescadores artesanais. Consequente, será desenvolvido o trabalho de campo através de dois tipos de entrevista qualitativa: roteiros de entrevistas semiestruturadas, com lideranças locais da pesca a fim de identificar os meios de acesso à política pública, funcionamento e participação da Associação e Colônia de Pescadores; e entrevistas não dirigidas, para alcançar o terceiro objetivo específico, com os pescadores artesanais de Barra do Riacho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO. Natália Tavares. PIERRI. Naína. **A política pesqueira no Brasil (2003 – 2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v.32, p61-80, dezembro 2014.

DIEGUES. Antonio Carlos. **Socio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil.** São Paulo:Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.

MENDONÇA. Sandro Augusto Teixeira. VALENCIO. Norma Felicidade Lopes da Silva. **O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da seap como dissolução dos modos de vida da pesca artesanal.** B. Inst. Pesca, São Paulo, 34 (1): 107 - 116, 2008. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/34_1_107-116.pdf

PAULA. Cristiano Quaresma de. Prefácio. In.: **Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pecadores artesanais no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

RAINHA. Felipe Andrade et.al.Território e Políticas Públicas: Contradições e luta dos pescadores artesanais pela garantia dos seus direitos. In: SILVA. Catia Antonia da. **Pesca**

artesanal e produção do espaço: Desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequencia, 2015, p.87-109.

SILVA. Catia Antonia da. **Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pecadores artesanais no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.